

ATA DA 23ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E TREZE PERANTE A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às nove horas no Plenário Vereador Marcílio Periotto da Câmara Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, atendendo Edital de Chamamento para a realização de audiência pública na qual o Poder Executivo Municipal demonstraria o cumprimento de suas metas fiscais do segundo quadrimestre do ano de dois mil e treze conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, assumiu os trabalhos a Comissão de Finanças e Orçamento, sob a presidência do Vereador José Roberto Mendes e dos membros Vereadores Denilson Donizete Caleran e Manuel Caraçato. Iniciando os trabalhos o Presidente da Comissão, Vereador José Roberto Mendes, convidou à Mesa o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Gustavo Henrique Saes, o Prefeito Municipal Ismael Ibraim Fouani, o Doutor Marcos Antonio Rocco, Assessor Contábil, o senhor Ederson Fábio Pereira da Silva, Contador da Prefeitura Municipal e o senhor Luiz Gustavo de Araujo, Secretário de Fazenda, saudou e agradeceu aos presentes. O Presidente da Comissão passou a palavra ao senhor Prefeito que saudou a todos, discorreu sobre a transparência dos Poderes Executivo e Legislativo e o cumprimento das metas fiscais e entregou nas mãos do Presidente da Comissão o relatório referente a Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais em demonstração. Usando a palavra o Doutor Marcos Rocco, Assessor da Prefeitura, saudou a todos, cumprindo sua atribuição informou que faria a leitura do relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de dois mil e treze; discorreu sobre os dados constantes do relatório, como as receitas onde no período em questão teve arrecadação de vinte e um milhões quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos, que corresponde a setenta e um vírgula vinte e sete por cento do valor previsto; com relação as despesas, foram gastos dezenove milhões sessenta e nove mil, trezentos e vinte e oito reais e noventa e quatro centavos, registrando um superávit orçamentário na ordem de dois milhões quatrocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos, o resultado primário de janeiro a agosto de dois mil e treze, face a receita e despesa líquida apresentou um valor positivo de dois milhões oitocentos e setenta e três mil, duzentos e dois reais e cinquenta e dois centavos. Considerou que a despesa líquida com pessoal apresentou o índice de quarenta e nove vírgula setenta e um por cento, destacou que foram promovidas medidas que visaram buscar o enquadramento aos limites previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal; comentou sobre os gastos com Saúde com índice de vinte e dois vírgula onze e um por cento, acima do índice mínimo legalmente exigido de quinze por cento e com Educação de vinte e três vírgula oito por cento, informando que a diferença entre o limite mínimo previsto na Constituição Federal de vinte e cinco por cento encontram-se devidamente depositados em contas bancárias vinculadas, informou que sobre o percentual mínimo de sessenta por cento do FUNDEB destinado a remuneração dos profissionais do magistério da educação básica o percentual ficou em sessenta e cinco vírgula dezessete por cento, atendendo plenamente o percentual

mínimo determinado, discorreu sobre o resultado nominal positivo, ou seja, aumento das disponibilidades ante a dívida consolidada na ordem de dois milhões trezentos e onze mil, cento e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos; discorreu sobre os saldos de restos a pagar; concluindo registrou superávit orçamentário, financeiro, taxas positivas no resultado primário e nominal, sendo que os números apurados apontam para o comprimento das metas estabelecidas e manutenção do equilíbrio fiscal. O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento disponibilizou espaço para indagações; o Vereador José Roberto Mendes falou sobre a carência de funcionários para o departamento de obras do município, questionando se com a redução do índice de folha de pagamento existe previsão de abertura de concurso para contratação de pessoal para aquele departamento; o Prefeito Municipal respondeu informando que os aprovados em concurso já realizado estão sendo chamados, mas que em virtude dos baixos salários os trabalhadores estão optando por trabalhar no setor privado, mas que o Executivo Municipal tomara providências para reverter essa situação; o Vereador Denilson Donizete Caleran falou sobre os baixos salários dos agentes de serviços gerais e questionou o Prefeito se era possível conceder uma bonificação para melhorar essa remuneração; o Prefeito Municipal falou que atualmente é fornecida a cesta básica, mas que no momento legalmente não é possível conceder essa bonificação; o consultor Marcos Rocco falou sobre a dificuldade de contratar empresas terceirizadas, mas caso não haja outra solução poderão ser contratadas, dentro do que a lei permite; o Vereador José Roberto Mendes questionou sobre a existência de algum planejamento para aumento da receita resultante da arrecadação de impostos municipais; o consultor Marcos Rocco informou que está havendo um controle maior do imposto sobre serviços, sobre o imposto territorial urbano afirmou ser necessário uma revisão no valor de base de cálculo do mesmo, ponderando o impacto político para os poderes que tal aumento irá proporcionar; o Secretário de Fazenda informou que a equipe está empenhada no recebimento de impostos em atraso, principalmente do IPTU, e que existe um plano de ação para revisão de toda a planta genérica e de valorização imobiliária, sobre o ITR informou que estão realizando um trabalho para rever o valor da terra nua no município. Não havendo mais manifestações o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador José Roberto Mendes, diante da demonstração realizada, considerou legalmente cumpridas as exigências da Lei Complementar número 101/2000 referentes ao segundo quadrimestre de dois mil e treze, e como não havia mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente audiência pública, determinando a lavratura da competente ata e o recolhimento da lista de presença.